**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2024 DE POÁ/SP**

Aos 20 (vinte) dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, nas dependências da Câmara municipal, situado na Rua Vereador José Calil, nº 100 – Centro – Poá/SP, conforme ampla divulgação realizada nos meios de comunicação local, e de modo a cumprir as exigências legais da Gestão Fiscal Responsável. Teve início a audiência pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, que contou com a participação dos representantes das Secretarias Municipais da Fazenda, da Mulher, de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Habitação de Interesse Social, de Esportes, de Turismo, de Cultura, de Saúde, de Indústria e Comércio, de Meio Ambiente e Recursos Naturais, de Comunicação, de Esportes, da população e imprensa local, conforme relação anexa. Iniciada a Audiência Pública às 10h40m, Secretário da Fazenda Sérgio Ruiz Armiliato deu abertura com apresentação dos slides, ilustração das peças orçamentárias. Apresentou as projeções das Receitas Municipais, Transferências Correntes, Receitas de Capital, entre outras totalizando o valor da Receita em R$ 425.987.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais). Explanou as projeções das Despesas e Receitas para o exercício de 2024, ressaltando sobre Pessoal e Encargos R$ 216.530.000, Outras despesas correntes R$ 178.101 e Despesas de Investimentos R$ 31.356. Esclareceu que a projeção das despesas, as quais foram realizadas juntamente com os secretários e seus técnicos, informou que havia folhas para sugestões dos interessados. Sérgio explicou que os valores apresentados podem ser discutidos na elaboração da Lei Orçamentária para 2023, que ocorrerá em setembro e que fatores externos influenciam na arrecadação das Receitas e das Despesas. Logo após abriu para perguntas do público presente. Vereador Fabrício Brasa Chopp perguntou em relação à contratação de funcionários da Frente de trabalho, se vai haver novas contratações em 2024? De um lado temos a despesa total com pessoal que tem um índice a ser respeitado, e do outro lado a questão orçamentária e financeira para esse fim. No momento não temos no orçamento em andamento essa expectativa, muitas coisas acontecem e vão se desdobrando com o tempo, então essa questão não esta fechada. Dr. Saul – Sabemos que a LDO é aprovada nessa casa e nos causa estranheza porque tanto remanejamento e suplementação, o que esta faltando, não esta havendo planejamento? Qual o percentual previsto de planejamento e também suplementação para 2024? Nós fazemos o planejamento baseado em um cenário e nesse cenário algumas ações e valores e toda a receita são estimativas, o instrumento de remanejamento é previsto na LOA, estamos falando aqui da LDO, nós estamos fazendo o que é necessário e legal, não modificamos o que foi previsto, mas para priorizar algumas questões, por exemplo, um aditivo que não estava previsto e precisa ser cumprido, nós remanejamos para suprir, não modificando a peça, é necessário ser feito. O percentual aprovado é de remanejamento é de 20%. Dr Saul ainda questiona, qual o valor previsto para garantir o cumprimento da lei 4005/2018 que fala sobre mais segurança nas escolas, quero saber se vocês estão trazendo valores concretos para investir na segurança, vão priorizar essa questão? Sérgio respondeu, que a segurança nas escolas é mais uma ação dentro das dotações existentes na educação. Então essa questão de prioridade de como vai se atacar ou vai amenizar essa dificuldade elas estão previstas dentro do orçamento atual, estará prevista dentro do orçamento futuro. Como ainda estamos em discussão e elaboração não tenho neste material nada oficial para subsidiar a despesa nesse sentido. Tenho conhecimento que esse assunto será debatido ainda hoje nesta casa de lei. Tem um problema que as escolas estavam sendo invadida, a administração não mediu esforços e colocou monitoramento nas escolas, ligado com a Secretaria de Segurança GCM, hoje as escolas não estão vulneráveis tanto no período que não tem aula quanto estão com os alunos e todo o publico, existe o monitoramento e o botão de pânico. Ainda questiona em relação à segurança, não tem o valor do recurso ou vai se valer novamente de remanejamento? A secretaria de Educação tem cumprido suas obrigações, temos contratos já vigentes e temos aplicado o limite do ensino de 25%, esse ano que passou nós ultrapassamos esse limite chegando quase 29% então as ações podem ser priorizadas ou ajustadas diante das prioridades. Questiona ainda se há estudos para a volta da Saúde da família, PSF, contratação de especialistas como Fonodiologo Fisioterapeuta, o município deixou a desejar nesse segmento. Nós estamos com problemas cada vez mais se agravando com crianças autistas e não esta tendo essa contrapartida, eu gostaria de saber se a gestão fez um estudo para trazer dentro desse orçamento o aprimoramento? Secretário Sérgio, nós temos todas as ações para atender as necessidades na saúde, o limite para aplicação na saúde é de 15%, no ano passado, aplicamos mais que o dobro disso. O que a gente não conseguiu foi atender todos os segmentos. Então hoje tá passando por dificuldades no município desde pequenos trabalhos e também na saúde. O secretário Alexandre está presente para explanar. Eu tenho batido muito essas necessidades e avançar no atendimento de algumas situações que nós estamos até cientes como eu estou colocando, nós podemos até avançar para melhorar a qualidade na saúde, mas nós todos sabemos que nem a rede particular de saúde da conta hoje, então é um segmento complicado. (Saul) o senhor, não esta dando números, não é? Mas eu vou insistir em mais uma pergunta, qual é a previsão de arrecadação de IPVA para 2024, questiona Dr. Saul? Secretário Sérgio responde que vai pegar o material que é muito, deixando claro com todo o respeito, que nós estamos aqui para falar sobre a LDO e algumas questões que o senhor esta colocando não depende só desse material. (Saul) Minha insistência é porque nós tivemos a LDO e os argumentos foram os mesmos. Essa secretária é de meio, sou insistente porque nós tivemos os amentos e foram os mesmo, então como a população quer saber, é bom que a gestão deixe claro o que vai vir nessa peça e o que de fato vai ser concluído. É isso que a população quer saber, a gente sabe que esta difícil, a situação não é fácil, mas parece que a gestão está apenas limitando a pagar salário de servidor, e não esta havendo a contra partida em benefícios aos munícipes. Não percebe que a administração não gerou ações concretas nessa cidade, apenas pagou salário. Porque o mínimo, o básico não esta havendo, a zeladoria a cidade esta um caos, então não podemos aceitar isso, desculpa sei que não depende do senhor entende? (Sérgio) E até como explicação, todas as ações dependem realmente da capacidade financeira do município. Então hoje nós estamos deixando de priorizar algo pra priorizar outro, então, essa questão da saúde, como a gente não vê só agora, o governo federal também está com uma dificuldade em algumas questões para oferecer esse recurso. O governo do estado também e o município tem feito suas ações mínimas dentro daquilo que é possível. A saúde para fazer tudo isso que foi relacionado, nós precisaríamos ter mais recurso do que foi aplicado. Quanto a pergunta de IPVA, a secretaria de mobilidade, ela vai ter um valor aqui previsto de R$ 9.827.000,00 que seria a receita da secretaria, entre outras. O IPVA tem uma finalidade parte vinculada e ela é sazonal. Nós temos ali uma arrecadação maior no momento, mais no final do ano ou da metade pra frente, ela praticamente gira, só naqueles que estão fazendo a transferência do veículo. Estamos aqui fazendo essa elaboração, cumprindo a legislação e buscando o melhor. É muito interessante esse contraponto para poder chegar à melhor peça, e como tem dito atender ao cidadão cumprindo as regras. Vereador Fabrício perguntou a intenção de fazer Refis este ano? Esse assunto é tratado pela Secretaria de assuntos Jurídicos, então não tenho informação consolidada e esse assunto esta sendo estudado este momento. Mas uma necessidade pra gente poder movimentar tanto o nosso lado quanto ao contribuinte. É por isso que eu perguntei pela importância dessa arrecadação, já não foi feito ano passado. Achei importante fazer este ano, obrigado Bom dia. Beto Melo questionou a previsão de reajuste salarial aos funcionários e o vale alimentação? Uma segunda pergunta se tem previsão de isenção do IPTU e o excesso dos comerciantes e para as pessoas atingidas pelas enchentes, e se está previsto o débito de parcela do FPM e ICMS, se serão descontados do empréstimo. No caso das enchentes nós temos lá, recebemos dois requerimentos de vereadores e está sendo estudado, tem os impactos. E isso necessariamente não está aqui porque aqui está consolidado. Sergio explana que é uma legislação já aprovada a questão de reajustes de servidores. Quando nós fazemos o orçamento, nós temos que fazer o mais enxuto possível em todas as áreas para poder fechar receita e despesa, o reajuste é algo previsto, se não estiver nós temos aqui uma autorização pra que isso seja feito a algum tempo. Então nós temos a questão prioridade, a justificativa, e vamos ter a capacidade disso dentro do Orçamento, não temos nenhum estudo ainda para o Vale, o reajuste dentro do que já recebe. E a questão do FPM e ICMS no empréstimo, como isso ainda está suspenso. Nós não temos aqui nada consolidado, Então aqui nessa peça não tem essa matéria pra responder as perguntas do vereador. Beto Melo: Está suspenso o empréstimo por uma ação tá certo, mas já tinha uma previsão. Se caso viesse a dar certo, não tem essa previsão da onde seria descontado de onde seria a margem de desconto? A margem de desconto deve ser da em garantia a receita do ICMS e FPM isso é clássico já pelo governo federal. Então, quer dizer, a Receita Federal, quando faz alguma ação nisso já é automática. Já é alguma coisa que se faz algum tempo nesse outro assunto? É uma garantia. Caso o município não faça voluntariamente, então é uma situação, assim se vai pagar um empréstimo paga com recursos próprios, os recursos próprios do Tesouro pode ser qualquer um que tenha a disponibilidade, inclusive os oriundos do ICMS e FPM que são as transferências e fazem parte da receita livre do município. Então, essa garantia seria somente se o município não fizer voluntariamente o pagamento. Normalmente fazem acesso a receita desses produtos, e as transferências já vem descontado uma parcela. Dr. Saul pergunta qual a cifra prevista na LDO para a universalização do saneamento básico do município? Nós temos hoje o raspadão com um propósito do município de promover a regularização fundiária e lamentavelmente, nós temos alguns moradores, como consta aqui no nosso serviço, no bairro do Perracine que estão desprovido dessas ações. Então eu queria saber qual que é o grau de investimento de parceria com a Sabesp para atender de uma vez por todas essa demanda. Secretário Sérgio responde que a questão da SABESP o município não gasta diretamente com essas despesas, porque como foi feita uma concessão o serviço é executado e cobrado pela SABESP através do fornecimento. Então esses investimentos acabam não sendo direto do município, é uma ação da SABESP, aqui entra a contrapartida, para córregos e investimentos, mas não diretamente ao cidadão, como a Secretária Claudete poderá complementar. Claudete: Bom dia a todos! Bom dia Vereadores, e Secretários aqui presentes, é como nosso secretário já informou. Então, como é nível de concessão, ele não consta na peça orçamentária, então ele já esta no pico da regularização. Eu estou aqui com o pessoal da Habitação, o Secretário Neno Ferrari, o senhor Antônio Carlos adiante vai ser as quatrocentos e vinte matrículas que vão ser entregues, e a gente teve uma reunião essa semana com o superintendente da Sabesp para a implantação da rede de água e esgoto também. Consta no plano de saneamento que o senhor já teve aqui na época do plano. Na audiência pública já consta no nosso plano de saneamento a ligação de água. Os valores de investimento não foram repassados pela Sabesp e também a questão do Perracine já foi buscado informações para a solicitação, ampliação da rede e de vários outros lugares da cidade para chegar ao cumprimento de meta pela universalização do saneamento. Saul: Muito bem, a senhora acabou declarando aí que ele já está prestes a gerar as regularizações, estamos diante de um processo de conclusão. Só que era bom consta o investimento para equipamentos públicos, inclusive asfalto, posto de saúde, escola na região já tem previsão? Claudete: posso falar que te falei do saneamento, que a gente tem todo um trabalho junto com a empresa para fornecimento de rede de água e também na questão do esgoto. Vou passar mais um mapeamento. Existem as áreas institucionais e que, logicamente, assim que sair a regularização, isso vai ser feito com o município para que a gente possa ter uma melhoria de qualidade de vida daquela população. Vou passar para o Antônio Carlos, Saul: eu faço um apelo de vocês estas ações tem que ser acompanhada. Claudete: Tenho até acompanhado, essa semana pessoalmente junto com a GCM Ambiental, é uma demarcação de ocupação que já estavam querendo construir. Conversei com quem estava vindo fazer a construção e orientei a procurar a habitação, porque aquela é área institucional. Então assim, periodicamente, a fiscalização temos ido ao local e temos acompanhado aquela população. Antonio Carlos: Bom dia. O cartório está terminando de fazer à expedição a lei 3.465/2017 que é a Lei da REURB, ela prevê dentro do processo de regularização fundiária que a partir do momento que você faz todo o processo de avaliação fundiária, você faça uma previsão de infraestrutura? Pois o cartório só expede a matrícula a partir de o que nós fizemos, nós fizemos um cronograma de infraestrutura pra vinte e quatro meses. Então, assim que as partículas saem você já deixou anexado ao cronograma de infraestrutura e das áreas institucionais também, que é o que ah, na verdade, o estudo que a gente vem fazendo nesses exames todos esses de uma creche, um posto de saúde da própria infraestrutura.Teve o Ministério Público, que autorizou a questão do esgotamento da água e do esgotamento de não ter benefício, mas ele precisa ter uma elevatória, então é um custo mais elevado, essa água que é prioridade, a comercialização vai sair, e a questão da infraestrutura, inclusive nós tivemos um governo do Estado pleiteando também pra que o próprio governo do Estado faça investimento lá no raspadão. Mas assim o que é primordial? Que é Lei que a REURB fala é que a prefeitura precisa fazer um cronograma de risco, nós já fizemos dentro da Lei é vinte e quatro meses. O apartamento sai a matrícula, a prefeitura tem o prazo de vinte e quatro meses pra colocar a infraestrutura dentro do bairro. Na primeira fase é 433 matrículas sendo que uma é a demarcação urbanística e as outras 432 duas são dos loteamento, estamos entrando agora com a segunda fase, que são na região da Rua Espiridião Hoffer, Laranjeiras, Manuel embaixo, que dá mais ou menos umas 300 moradias. Já conversamos com o governo do estado, estamos lá, já tá na mão do consórcio. O consórcio vai fazer pra fazer o levantamento topográfico e o plano de regularização pra que a gente assim que terminar a primeira fase, já entre na segunda fase, pra ver se até o final do ano entregamos a fase dois e aí o projeto de água e que corresponde a tudo mais você vai colocar tanto na fase um na fase dois, até a fase dois que também está dentro do planejamento, dentro da questão da infraestrutura é isso, a questão do esgotamento que a gente tem que ver a previsão orçamentária, eu coloquei no projeto a questão das eliminatórias e reservatórios, que tem um custo, porque o bairro tem um desnível, então aquele esgoto coletado lá embaixo tem que subir de elevatória pra cima pra poder pegar rede normal. Beto Melo: Eu recebi várias reclamações de funcionários públicos falando que não estava sendo depositado desde outubro o INSS deles, que não estava sendo depositado a seis meses. Tive uma conversa com o secretário Sérgio, com o Doutor Lucas e com a Daniele Diretora do RH e eles me garantiram que foi um erro de sistema. Gostaria que em poucas palavras, o senhor conseguisse responder isso pra mim até mesmo pra ficar gravado no vídeo, muito obrigado. Sérgio: Nós temos o pagamento de todas as obrigações patronais e funcionais dos servidores em dia, uma das coisas que eles prezam são essas obrigações que decorrem entre os direitos dos servidores, de conhecimento da Fazenda nós temos a certidão da Receita Federal, certidão negativa sem qualquer pendência, essa informação esta disponível no site da Receita que todos podem acompanhar e as restrições que o município possa ter. No nosso caso, nós não temos. Essa questão da Receita Federal INSS existe uma transmissão do sistema comum com o e-social. O e-Social é uma adaptação que vem da iniciativa privada já implantada e ela tá entrando no serviço público e essa transição como outras coisas que são obrigatórias, você deve ter ouvido falar sobre o SIAFIC, que é uma obrigação federal, e que os municípios não tem braços para cumprir todos aqueles prazos. E a questão também, que nós temos recente a Lei de Licitações, por uma determinação superior. Ela também não será possível fazer a transformação agora. Então, em resumo esta sendo feito o pagamento e nenhum servidor está sendo prejudicado. Nós não estamos deixando de pagar qualquer obrigação. Então o Doutor Lucas me orientou a fazer um ofício, que ele ia imprimir essa documentação pra me entregar, e eu gostaria que o senhor explicasse melhor. Eu estou passando essa informação através de vídeo pros funcionários. Muito obrigado, agradece o Vereador Beto Melo. Deixa-me perguntar ainda, continua Beto Melo, Chega bastante mensagem sobre o dissídio, eu estava perguntando logo isso, na tribuna, sobre o dissídio, Se já tem algo concreto, já esta previsto? Como vocês já tinham conversado sobre isso que estavam no estudo que estava em análise Vocês tem um prazo até dia primeiro de maio para passar essa porcentagem dos funcionários. Realmente nosso dissídio é em maio e vicia tem um expediente para estudo dessa necessidade e da execução disso. Então, estamos em estudo e como nós colocamos no começo a dificuldade em ter a certeza é por conta dos poucos meses que nós temos de arrecadação. Então, isso realmente está em estudo e não temos ainda a definição do índice e nem da data que isso vai ser encaminhado aqui a casa de leis, pra poder fazer o ato formal.Saul: Uma pergunta que tá bom vai surgindo esse problema, a minha, a minha indagação é sobre o CEP Santa Luiza, vocês tão fazendo o orçamento, a previsão orçamentária para concluir. Nós temos no orçamento vigente um valor para retorno da obra. Então, dentro da Secretaria da Educação, tem uma classificação de obras um valor já estimado e esse valor pode ser utilizado. Já consta desenhado um projeto isso na Secretaria de Obras Como é uma retomada de obras. O detalhamento era um pouquinho mais critico. Então já existe um projeto pra retomar na secretaria de obras para que isso seja colocado em licitação. Mas algum questionamento do publico? Não havendo mais perguntas as 11:40 horas deu por encerrado a audiência. Eu, Renata Conceição de Faria Silva, secretariei os trabalhos, digitei e conferi a presente Ata.